

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023 CEVID



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina

Gabinete da Presidência
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação
de Violência Doméstica e Familiar

Sumário

PRINCIPAIS ATIVIDADES, PROGRAMAS E PROJETOS REALIZADOS EM 2023.....	7
1. Programa da justiça pela paz em casa.....	7
2. PROGRAMA FORMAR PARA TRANSFORMAR.....	11
2.1 Avaliação do projeto pelas comarcas que já receberam o programa.....	12
2.2 Projeto “O cuidado transforma: violência doméstica também é matéria de escola”.....	13
2.3 Maratonas Estudantis.....	14
2.3.1 Maratona Estudantil – Comarca de Camboriú.....	14
2.3.2 Maratona Estudantil em Balneário Camboriú.....	15
2.4 Projeto VerbalizA – Quem verbalizA se conecta!.....	16
3. PROGRAMA INDIRA: pelas Mulheres do Poder Judiciário de Santa Catarina.....	16
4. PROJETO MULHERES INDÍGENAS.....	19
5. PROJETO GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA (Projeto Ágora).....	22
5.1 Execução e Supervisão dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GHAV)	23
5.2 Mapeamento Estadual 2023.....	24
5.3 Outras ações de fomento à criação, implementação e consolidação dos GHAV.....	26
6. CENTRAL ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES, DE ATOS INFRACIONAIS E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR.....	27
6.1 Coordenação e equipe multidisciplinar.....	27
6.2 Atendimentos.....	28
6.3 Projeto Espelhos.....	30
6.4 CEAV nas Comarcas.....	31
7. CURSOS OFERECIDOS.....	34
7.1 Curso Igualdade de Gênero: Julgar com Perspectiva de Gênero.....	34
7.2 Curso Violência Doméstica, uma questão de gênero: valores e possibilidades..	34
7.3 Gênero bate à porta do Poder Judiciário: aplicando o FONAR.....	34
7.4 Curso Primeiros passos e consolidação de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violências contra mulheres.....	35

8. SEMINÁRIOS.....	36
8.1 Seminário Estadual de Enfrentamento das Violências contra as Mulheres: reflexões sobre o julgamento com perspectivas de gênero.....	36
8.2 1º Seminário Estadual Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres.....	37
9. CAMPANHAS.....	38
9.1 Campanha Março é Delas.....	38
9.2 Campanha Sinal Vermelho para a Violência Doméstica.....	40
9.3 Campanha Agosto Lilás.....	42
9.4 Campanha Dignidade Menstrual.....	45
9.5 Campanha dos 21 Dias de Ativismo pela Equidade no Combate à Violência Doméstica Contra as Mulheres.....	47
10. MATERIAIS INFORMATIVOS PRODUZIDOS PELA CEVID.....	49
10.1 Criação de Vídeo Institucional.....	51
11. OBRAS PUBLICADAS.....	52
12. TERMOS DE COOPERAÇÃO E/OU CONVÊNIOS.....	53
13. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES, LIVES, EVENTOS E ENTREVISTAS.....	58
14. ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS.....	60
15. NOTÍCIAS.....	64
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64

Apresentação

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) foi criada por meio da Resolução TJ n. 12 de 13 de junho de 2018¹ e está vinculada ao Gabinete da Presidência deste Tribunal de Justiça, em cumprimento às Resoluções n. 96, de 27 de outubro de 2009, e n. 128, de 17 de março de 2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A CEVID atua na articulação, fomento e execução de políticas institucionais voltadas ao enfrentamento das violências contra as mulheres e na defesa de direitos humanos de outros grupos vulneráveis, tais como diversidade e gênero, idoso, igualdade étnico-racial, indígena, liberdade religiosa, migração, pessoa com deficiência, política sobre drogas, população em situação de rua, quilombola, refúgio, tortura, trabalho escravo e tráfico de pessoas (Resolução TJ n. 12/2018, arts. 2º e 7º).

¹ Disponível em: [Resolução TJ n.12/2018](#)

Além disso, a CEVID é o órgão responsável pela implementação e execução da Política Institucional do Poder Judiciário de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (Resolução CNJ n. 253/2018), por meio da Central Especializada de Atendimento às Vítimas de Crimes, de Atos Infracionais e de Violência Doméstica e Familiar (CEAV).

Em 2023, a CEVID foi assim composta:

Coordenadora: desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho

Coordenadora Honorária: desembargadora aposentada Salete Silva Sommariva

Cooperadora Técnica: juíza Naiara Brancher

Cooperadores Institucionais: juíza auxiliar da presidência Iolanda Volkman, juiz corregedor Mauro Ferrandin

Cooperadora da CEAV: juíza Ana Luisa Schmidt Ramos²

A equipe técnica foi assim composta:

Michelle de Souza Gomes Hugill (secretária)

Cibelene Piazza Ferreira

Roselene Silveira

Ivone Ester Vidal Borges

Rosilene Aparecida da Silva Lima

Matheus Ramalho

Cristian Schilisting (estagiário)

Carolina Costa da Silva Mendel (estagiária)

O presente relatório visa ao cumprimento do art. 2º, XIII, da Resolução TJ n. 12/2018, de modo que contém as principais atividades, programas e projetos realizados por esta Coordenadoria no ano de 2023.

² Por meio da Portaria GP n. 1513/2023, a magistrada foi designada para atuar na supervisão da equipe multidisciplinar da CEAV nos feitos que tramitam na Comarca da Capital.

Principais atividades, programas e projetos realizados em 2023

1. Programa da justiça pela paz em casa



O Programa Justiça pela Paz em Casa trata-se de uma iniciativa do CNJ – Resolução CNJ n. 254/2018 – com o objetivo de enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher por meio de esforços integrados para julgamentos de casos relacionados à violência doméstica e pela promoção da conscientização da sociedade com a realização de ações afirmativas.

Em 2023, as XXIII, XXIV e XXV Semanas da Justiça pela Paz em Casa, ocorreram nos períodos de 6 a 10 de março, de 14 a 18 de agosto e de 20 a 24 de novembro.

De acordo com as informações prestadas pelas comarcas do Estado, **37 magistrados(as) e 134 servidores(as) do PJSC** – além da participação de entidades parceiras, como Ministério Público, Polícias Civil e Militar, Municípios, membros da sociedade em geral, entre outros – informaram que aderiram à Campanha, seja por meio de julgamentos e decisões em processos envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídios, seja por meio de ações afirmativas (distribuição de material, reunião com a rede de atendimento e proteção, palestras, eventos, ação nas escolas, por exemplo).

Os números referentes aos esforços concentrados para julgamento de processos podem ser aferidos na tabela a seguir.

Dados referentes às Semanas da Justiça pela Paz em Casa	XXIII Semana	XXIV Semana	XXV Semana	Total
Quantidade de Audiências Preliminares, de Acolhimento e de Justificação realizadas na Semana	87	29	79	195
Quantidade de Audiência do Art. 16 da Lei Maria da Penha Realizadas na Semana	89	35	92	216
Quantidade de Audiências de Instrução Realizadas na Semana	141	174	200	515
Quantidade de Despachos Proferidos na Semana	768	986	1.010	2.764
Quantidade de Medidas Protetivas Concedidas (decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana	497	523	605	1.625
Quantidade de Medidas Protetivas Denegadas (decisões denegando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor previamente concedidas ou homologadas pelo juízo) na Semana	35	31	21	87
Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas (decisões revogando medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor previamente concedidas ou homologadas pelo juízo) na Semana	14	42	46	102
Quantidade de Medidas Protetivas Homologadas na Semana que Foram Determinadas por Autoridade Policial	0	1	0	1
Quantidade de Medidas Protetivas Revogadas na Semana e que Foram Determinadas por Autoridade Policial	0	0	0	
Quantidade de Sessões do Júri Realizadas na Semana	1	5	3	9
Número de Magistrados que Atuaram na Semana	11	11	15	37
Número de Servidores que Atuaram na Semana	31	40	63	134
Número de Processos com Sentença ou Decisão Durante a Semana, Exceto Despachos	2.585	2.487	2.665	7.737

SentCCMCVD – Total de Sentenças de Conhecimento com Resolução de Mérito em Violência Doméstica Contra a Mulher na Semana	523	355	321	1.199
SentCSMCVD – Total de Sentenças de Conhecimento sem Mérito em Violência Doméstica Contra a Mulher na Semana	446	284	327	1.057
SentCCMCrimFem – Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com Mérito em Femicídio na Semana	3	6	2	11
SentCSMCrimFem – Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem Mérito em Femicídio na Semana	0	1	0	1
Dados Referentes à Litigiosidade Imediatamente Anteriores ao Início da Semana				
CpCVD – Casos Pendentes de Conhecimento em Violência Doméstica Contra a Mulher	43.095	55.456	55.115	153.666
CpCCrimFem – Casos Pendentes de Conhecimento Criminais em Femicídio	298	377	341	1.016

Além do julgamento dos processos, as comarcas promoveram ações afirmativas e educativas, conforme relatórios detalhados de cada edição.

- [XXIII Semana da Justiça pela Paz em Casa](#)
- [XXIV Semana da Justiça pela Paz em Casa](#)
- [XXV Semana da Justiça pela Paz em Casa](#)



Figura 1: Mosaico com registros das ações realizadas nas semanas da Paz em Casa

Notícias:

- Comarcas de SC estão mobilizadas para atuar na 23ª Semana Justiça pela Paz em Casa
- Projeto Ágora, do TJSC, é apresentado na 23ª Semana da Justiça pela Paz em Casa do TJES
- Live nesta segunda-feira (14/8) abre a XXIV Semana da Justiça pela Paz em Casa em SC
- “Prevenção não é gasto, é investimento”, diz juiz que comandou Justiça pela Paz em Casa
- Engajadas, comarcas participam ativamente da 24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa
- Semana da Justiça pela Paz em Casa é tema de palestra para estudantes de Criciúma
- Comarcas de SC intensificam ações ao longo da Semana da Justiça Pela Paz em Casa
- Juíza palestra sobre relacionamentos abusivos para alunos de escolas públicas no Oeste

2. PROGRAMA FORMAR PARA TRANSFORMAR



O programa “Formar para Transformar: o papel da escola na prevenção da violência contra mulher” foi criado pela CEVID em 2018 com o objetivo de capacitar profissionais da educação sobre o tema da violência doméstica e sobre questões relacionadas à Lei Maria da Penha, para que, munidos de muitas informações, pudessem discutir a temática em sala de aula e realizar os encaminhamentos.

Em 2023, diante do aumento da demanda para atuação da CEVID no ambiente escolar, sentiu-se a necessidade de reformular o programa Formar para Transformar e torná-lo um programa “guarda-chuva”, agrupando projetos que se complementariam no fomento de subsídios para as comarcas trabalharem com a prevenção da violência doméstica em sala de aula e para munir magistrados em eventos como o Justiça pela Paz em Casa.

Os projetos inclusos no programa são:

- **Verbaliza - Quem verbaliza se conecta!** O propósito do projeto é o de desenvolver e/ou potencializar o autocontrole emocional por meio de um processo de educação emocional, intervenções, dinâmicas, discussões e atividades lúdicas. A oficina Verbaliza consiste em habilitá-los na identificação, reconhecimento e no gerenciamento das reações físicas e comportamentais desencadeadas pelas emoções e sentimentos, gerando novas percepções e reflexões acerca deles, como impactam em seu modo de agir e de se expressar, na forma como se sentem, especialmente no jeito que se relacionam consigo mesmos, com seus pais, irmãos, amigos, parentes, professores e coleguinhas de escola.

- **Jogos de Cartas Maria da Penha:** este projeto tem por objetivo apresentar a concepção e o uso do jogo de cartas Emancipação: jogando contra o machismo, por meio da formação de atores educativos e especialistas no tema que atuam em parceria com as escolas

de Florianópolis. O jogo tem sido apresentado como um recurso educativo promotor de letramento de gênero e prevenção às violências contra as mulheres. Complementando essa visão, partilha-se neste projeto de uma perspectiva interseccional, que compreende que o sujeito se constitui por meio da intersecção entre diferentes marcadores, como gênero, raça, classe, religião, idade, entre outros. O jogo é constituído por 67 cartas com conteúdos voltados para o debate das raízes culturais do machismo, tecnologias de gênero, performances e emoções gendradas, e violências contra mulheres.

- **O Cuidado Transforma:** solução de comunicação voltada a jovens carentes envolvendo os serviços de produção audiovisual, roteirização, pré-produção, gravação e edição de conteúdo definido em conjunto com o Judiciário catarinense em linguagem acessível aos adolescentes, além da gamificação e verificação de aprendizagem quanto à percepção dos resultados decorrentes das apresentações dos temas propostos.

- **Repositório de palestras:** página criada com palestras desenvolvidas pela CEVID e colocadas à disposição de magistrados e da rede de enfrentamento de violência contra a mulher, para que possam utilizar o material desenvolvido em ações e programas nas escolas.

- **Curso Formar para Transformar:** voltado para magistrados, magistradas, servidores, servidoras, educadores e educadoras, na modalidade EAD, com carga horária de 47 horas/aula.

2.1 Avaliação do projeto pelas comarcas que já receberam o programa

Foi encaminhado um formulário de avaliação às comarcas que participaram dos programas nos anos anteriores. A análise das questões que integraram o formulário, embora respondido por número menor que o esperado, demonstra que o programa foi um diferencial na rotina das comarcas por onde passou, promovendo a melhoria da rede de atendimento local e estreitando os laços entre os entes dos municípios, na busca de melhorias no atendimento às mulheres em situação de violência.

Para visualizar o relatório em sua integralidade, acessar [Relatório de Avaliação do Programa](#).

2.2 Projeto “O cuidado transforma: violência doméstica também é matéria de escola”

O projeto é uma iniciativa conjunta do Núcleo de Inovação da Assessoria de Planejamento e da CEVID, visando desenvolver uma solução tecnológica de comunicação direcionada a jovens sobre o combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Esse esforço envolve diversas etapas, incluindo produção audiovisual, roteirização, pré-produção, gravação e edição de conteúdo. O trabalho é realizado em parceria com o Judiciário Catarinense, buscando abordar os temas de forma acessível aos adolescentes. Além disso, o projeto incorpora elementos de gamificação e avaliação para medir a percepção dos resultados das apresentações dos temas propostos.



Figura 2: Apresentação do New School

Três escolas da Grande Florianópolis foram selecionadas para participar do pré-lançamento do projeto no dia 17/11/2023. A EEB Prof.^a Eloisa Maria Prazeres, de Biguaçu/SC, contou com a presença de 50 alunos; na EEB Wanderley Júnior, localizada no bairro Ipiranga, São José/SC, participaram 62 alunos; e na escola EEB Professor Laércio Caldeira de Andrada, localizada em Campinas, São José/SC, contou com a presença de 50 alunos, todos do 2º ano do ensino médio, totalizando 162 estudantes.

Notícia: [Apresentação do New School](#)

2.3 Maratonas Estudantis

O projeto foi idealizado pela Comarca de Camboriú, em parceria com a CEVID/TJSC, a Secretaria de Educação do Município, o Ministério Público, a OAB e as Polícias Civil e Militar, além de outros parceiros da rede de apoio.

A CEVID ficou responsável pela elaboração de duas palestras com base nas cartilhas Dê um Basta na Violência e Crush Perfeito, bem como pela disponibilização das cartilhas. Os demais parceiros do projeto ficaram responsáveis pela articulação com as escolas, distribuição do material e realização das palestras.

O material elaborado pela CEVID está disponível no [repositório de palestras](#).

2.3.1 Maratona Estudantil – Comarca de Camboriú

Na Comarca de Camboriú, foram programadas 64 palestras em dois formatos – um para os alunos do 5º e 6º anos e outro para as turmas do 7º, 8º e 9º anos. A palestra inicial foi proferida pela juíza Naiara Brancher, no auditório da Escola João Vergílio Pereira. Além de representantes do Judiciário, palestraram promotoras de justiça da comarca, advogadas, policiais e um psicólogo.



Figura 3: Mosaico com registros das palestras nas escolas no Município de Camboriú

Ao todo, ao longo de três semanas, cerca de 10.300 alunos do ensino fundamental participaram de discussões sobre violência doméstica contra as mulheres.

Notícias veiculadas

- Coordenado pelo TJSC, projeto inédito no país discute nas escolas violência contra as mulheres
- TJ mobilizará 5 mil estudantes de Camboriú para debater violência contra as mulheres

2.3.2 Maratona Estudantil em Balneário Camboriú

A Comarca de Balneário Camboriú, na esteira das atividades desenvolvidas em Camboriú, realizou a maratona estudantil nos meses setembro, outubro e novembro, contando com a participação de diversos profissionais de forma voluntária, entre 1 juíza, 1 promotora de justiça, 11 advogadas, 2 policiais militares, 2 policiais civis, 2 guardas municipais, 1 agente de trânsito e a coordenadora do projeto Não Cale a Sua Voz, sob a coordenação da advogada Katia Corrêa Quintanilha Soares.



Figura 4: Mosaico com registros das palestras nas escolas no Município de Balneário Camboriú

Ao todo, foram 70 palestras para 6.575 alunos da rede de ensino do Município de Balneário Camboriú, sendo 28 palestras para as escolas da rede estadual, do ensino médio (2.820 alunos) e 42 palestras realizadas na rede municipal de ensino, das quais: a) 19 palestras para 1.734 alunos dos 5º e 6º anos; b) 21 palestras para 1.961 estudantes que cursam os 7º, 8º e 9º anos; e c) 2 palestras para 60 alunos do CEJA.

2.4 Projeto VerbalizA – Quem verbalizA se conecta!

O projeto, idealizado pela psicóloga escolar e servidora da Rede Municipal Tais Boneti, da Comarca de Cunha Porã, atendeu 280 crianças durante 3 anos de atuação. Atualmente são seis grupos, divididos por faixa etária, atendidos no contraturno escolar, em 2 dias da semana, onde são trabalhadas habilidades para melhor lidar com as emoções, sobretudo perante uma intensidade emocional, pois identificar, dar nome, verbalizar e comportar-se de forma adequada perante uma emoção exige aprendizado.

O propósito do projeto é desenvolver e/ou potencializar o autocontrole emocional por meio de um processo de educação emocional, intervenções, dinâmicas, discussões e atividades lúdicas. A oficina VerbalizA consiste em habilitá-los na identificação, reconhecimento e gerenciamento das reações físicas e comportamentais desencadeadas pelas emoções e sentimentos, gerando novas percepções e reflexões acerca destes, como impactam em seu modo de agir e de se expressar, na forma como se sentem, especialmente no jeito que se relacionam consigo mesmos, com seus pais, irmãos, amigos, parentes, professores e colegas de escola.

O projeto piloto será aplicado na escola EBM Fernando B. Viegas de Amorim, na cidade de Biguaçu, para 10 crianças de 11 a 14 anos, no contraturno escolar, de fevereiro a junho de 2024.

3. PROGRAMA INDIRA: pelas Mulheres do Poder Judiciário de Santa Catarina



O **Programa Indira: pelas Mulheres do PJSC** é uma política institucional de prevenção e de medidas de segurança voltada ao enfrentamento da violência doméstica e familiar praticada contra magistradas, servidoras e demais colaboradoras, criada a partir da Recomendação CNJ n. 102, de 19/8/2021, e do Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica praticada em face de magistradas e servidoras.

Em 2023, o Programa Indira: pelas mulheres do PJSC concentrou sua atuação nos **atendimentos individualizados** e no trabalho de **prevenção por meio de rodas de conversas** nas comarcas e na sede do Tribunal de Justiça.

Foram realizadas 9 rodas de conversas, que contaram com a participação de 228 mulheres, além de 10 atendimentos individuais presenciais. As rodas aconteceram nas Comarcas de Palhoça, Criciúma e Joinville e na sede do TJSC. A atividade contou com a presença de magistradas, servidoras e demais colaboradoras, sendo desenvolvido diálogo com foco na atuação do Programa Indira e no problema da violência doméstica e suas relações com o cotidiano. Para isso, a equipe proporcionou momentos de diálogo a partir das experiências, vivências e reflexões das participantes.



Figura 5: Mosaico de fotos das rodas de conversa realizados pelo Programa Indira

Para além dessas ações, visando a uma aproximação mais frequente com as servidoras, foi elaborado o **Projeto Indira em Perspectiva**, que consiste basicamente no envio de mensagens mensais que vão desde a apresentação do programa até dicas de proteção e segurança em caso de violência doméstica e familiar.

Já em âmbito nacional, no dia 20 de agosto de 2023, a juíza cooperadora técnica da

CEVID, Dra. Naiara Brancher, e a secretária, Michelle de Souza Hugill, apresentaram o programa ao CNJ. Elas participaram de um dos painéis da 2ª edição do ano do Mulheres na Justiça – Novos Rumos, da Resolução CNJ n. 255, que ocorreu no STJ.



Figura 6: Mesa da 2ª edição do ano do Mulheres na Justiça

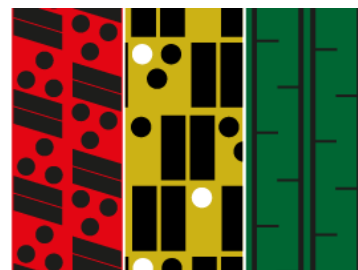
Assistir à exposição no link: [2ª Edição – Mulheres na Justiça: Novos Rumos da Resolução CNJ 255 – 30 de agosto \(Tarde\) \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...).

O relatório anual do Programa Indira pode ser acessado em [Programa Indira: pelas mulheres do PJSC \(Resolução GP n. 53/2022\)](https://www.pjsc.org.br/programa-indira).

Notícias sobre o Programa Indira

- [Pioneiro no país, Programa Indira é apresentado no CNJ ao completar 1 ano de atividade](#)
- [Mulheres protegidas: terceirizadas do TJ participam de debates sobre Programa Indira](#)
- [Programa Indira, que protege mulheres do PJSC, promove rodas de conversa em Criciúma](#)
- [Programa Indira, que protege mulheres do PJSC, se apresenta na Comarca de Joinville](#)

4. PROJETO MULHERES INDÍGENAS



O projeto Mulheres Indígenas do PJSC tem o objetivo de tradução da Lei Maria da Penha para os idiomas das três etnias predominantes no Estado de Santa Catarina – Kaingang, Guarani e Xokleng –, por meio de uma parceria com o CEPIn e a participação direta da população indígena na elaboração do material, que está disponível de forma impressa e digital.



Figura 7: Cartilhas Indígenas – Línguas Guarani e Kaingang.

Em 2023, a elaboração das cartilhas “Lei Maria da Penha traduzida pelas Mulheres Indígenas de Santa Catarina do Povo Kaingang” e “Lei Maria da Penha traduzida pelas Mulheres Indígenas de Santa Catarina do Povo Guarani” foi concluída. O lançamento ocorreu em 16/08/2023, durante o 5º ATL Sul, na Terra Indígena Morro dos Cavalos, em Palhoça/SC.



Figura 8: Mosaico de fotos do lançamento e divulgação das cartilhas.

A segunda etapa do projeto Mulheres Indígenas, prevista para ocorrer em 2024, inclui a conclusão da produção da cartilha para o idioma Xokleng e a gravação de vídeos sobre a Lei Maria da Penha com mulheres e homens indígenas para a divulgação no YouTube, visando facilitar ainda mais o acesso das mulheres indígenas a essa legislação.

O projeto repercutiu nacionalmente, tendo sido matéria do *Jornal Hoje da TV Globo* em setembro, e foi apresentado no Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) no mês de novembro.

O projeto foi também divulgado no podcast *Conexão Justiça do TJSC*, com 284 visualizações.

Notícias

- 24/11/2023: Encontro aprova carta com propostas para reforçar trabalho de Ouvidorias das Mulheres
- 25/10/2023: Fonavid, em Porto Alegre, começa com a participação de 8 magistrados de Santa Catarina
- 19/09/2023: Projeto do TJSC em parceria com Conselho dos Povos Indígenas repercute nacionalmente

- 21/08/2023: Campanha Dignidade Menstrual distribui absorventes para mulheres indígenas em SC
- 16/08/2023: Cevid e mulheres indígenas lançam cartilhas guarani e kaingang sobre Lei Maria da Penha
- 22/06/2023: Lei Maria da Penha em língua guarani será lançada em aldeia indígena no dia 13 de julho
- 21/06/2023: Lei Maria da Penha traduzida para línguas indígenas é tema do 'Conexão Justiça'
- 19/04/2023: Povos indígenas seguem luta por espaços sagrados que ainda restam neste 19 de abril

5. PROJETO GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA (Projeto Ágora)

PROJETO ÁGORA

O Projeto “ÁGORA: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra Mulheres”, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Convênio TJ/UFSC n. 108/2019 e Recomendação CNJ n. 124/2022 –, visa ao fomento da criação, a implantação, consolidação e execução de grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres nas comarcas do Estado de Santa Catarina, tem os principais objetivos a seguir.



5.1 Execução e Supervisão dos Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência (GHAV)

Os GHAV proporcionam um ambiente de diálogo destinado a permitir que os homens reconsiderem e analisem criticamente as relações de gênero e suas experiências diárias, gerando novos sentidos e significados em relação à construção das masculinidades e à socialização masculina. Os resultados potenciais dessa abordagem incluem a responsabilização dos homens que praticam violência, a prevenção de futuros episódios semelhantes e a desnaturalização da associação entre masculinidade e violência.

Na Comarca de Florianópolis, a execução dos grupos reflexivos do Projeto Ágora acontece em parceria entre o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, a UFSC e a CEVID. Por meio de determinação judicial, no momento da concessão de medida protetiva de urgência, nos termos do art. 22, VI e VII, da Lei Maria da Penha, os homens comparecem no setor psicossocial (exclusivo do juizado na Capital) para entrevista/triagem e encaminhamento para o projeto, que consiste na participação em 12 encontros semanais, com grupos fechados de, no máximo, 20 pessoas, das 19h às 20h.

Inicialmente, os encontros aconteceram na UFSC. Contudo, a partir de uma parceria com a Prefeitura de Florianópolis e com o Sinjusc, visando a sua execução em outros espaços para além da universidade, os encontros aconteceram na sede da Guarda Municipal de Florianópolis, e um grupo foi realizado no auditório do Sinjusc.

A supervisão, por sua vez, é uma atividade fundamental nos grupos, destacada na literatura por sua função organizativa e protetora na saúde mental dos facilitadores. A nomenclatura dessas práticas pode variar, sendo a “intervisão” proposta por alguns autores para promover a partilha de poder/saber e horizontalidade nas trocas³.

A secretária da CEVID, Michelle de Souza Gomes Hugill, atua na facilitação dos grupos e é uma das supervisoras do projeto. As reuniões de supervisão ocorrerem semanalmente, das 18h às 21h, na UFSC.

Em 2023, foram realizados 7 grupos reflexivos na Capital, totalizando **40 homens atendidos** pelo projeto.

³ Fonte: BEIRAS, A. et al. **Grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: mapeamento, análise e recomendações.** Florianópolis: CEJUR, 2021, p. 127. ISBN 978-65-87982-06-9.

5.2 Mapeamento Estadual 2023

Foi realizada a atualização do mapeamento estadual dos grupos reflexivos no período de agosto a novembro de 2023, em parceria com o grupo de pesquisas Margens/UFSC, por meio do Convênio TJ/UFSC n. 109/2019. Os dados preliminares apontam para um aumento de 34,37% de iniciativas, uma vez que em 2022 havia 32 e neste ano foram mapeados 43 grupos de homens autores de violência no Estado.

MAPEAMENTO DE GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA EM 2023	
MUNICÍPIO	GRUPO
Águas Frias	Programa de Atendimento a Agentes Autores de Violência Doméstica em Cumprimento de Medida Protetiva
Anchieta	Grupo Reflexivo para Homens
Apiúna	Projeto Reconstruir - Grupo Reflexivo para Homens
Ascurra	Grupo Reflexivos de Homens e Mulheres
Balneário Camboriú	Grupo de Homens do CREAS
Blumenau	Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
Braço do Norte	Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
Chapecó	Refletir
Coronel Freitas	Grupo Reflexivo de/para Homens, referente ao "Programa Fortalecendo Laços, Resgatando Valores"
Criciúma	Grupo Refletir
Dionísio Cerqueira	Programa Basta - Grupo Psicoterapêutico para Homens
Florianópolis	Projeto Ágora
Fraiburgo	Sem denominação
Içara	Medida protetiva consistente em palestra educativa
Indaial	Grupo Reflexivo de Gênero e Masculinidades - GRGM
Itá	Metamorfose - Grupo Reflexivo para autores e vítimas de violência doméstica
Itajaí	Refletir
Itapema	Justiça Restaurativa
Jaraguá do Sul	Refletir
Jardinópolis	Programa Fortalecendo Laços
Joinville	Refletir
Lages	Projeto Refletir
Lages	Grupos Reflexivos do Coletivo de Enfrentamento à Violência Doméstica
Lauro Müller	Grupos Reflexivos Homens Autores de Violência

Mondaí	PROJETO NEM COM UMA FLOR: Grupo Reflexivo para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar da Comarca de Mondaí
Navegantes	Rede Catarina
Palhoça	Projeto Refletir
Pinhalzinho	Programa Basta
Pomerode	Papo de Homem
Ponte Serrada	Sem denominação
Presidente Getúlio	Sem denominação
Rio Negrinho	Um outro mundo é possível
Rodeio	Grupo Reflexivo de Homens e Mulheres
São Bento do Sul	Grupo para Homens com Problemas Familiares
São Domingos	Grupo reflexivo para homens autores de violência doméstica e/ou familiar
São José	Refletir
São Miguel do Oeste	Programa Basta
Sombrio	Grupos Reflexivos CREAS
Taió	Grupo Reflexivo para Homens
Tubarão	Grupo Reflexivo de Homens pela Vida
União do Oeste	Programa O Estranho no Espelho: em busca da (re)construção de si mesmo
Urubici	Grupo reflexivo para homens
Xaxim	Grupo de Homens Autores de Violência Contra a Mulher

Os dados coletados estão em fase de análise, cujo resultado será publicado no primeiro semestre de 2024.

5.3 Outras ações de fomento à criação, implementação e consolidação dos GHAV

A fim de fomentar a criação, implementação e consolidação dos GHAV, a CEVID criou o grupo de WhatsApp “Projeto Ágora: Rede de Facilitadores(as) em GHAV”, o que facilita as trocas de informações e experiências, esclarece dúvidas e troca sugestões entre as pessoas que facilitam os grupos reflexivos, possibilitando, inclusive, a produção do conhecimento de forma horizontal. Atualmente, o grupo conta com 117 pessoas inscritas.



Além disso, foi uma capacitação de 10 horas para facilitadores e facilitadoras dos grupos GHAV, conforme disposto no item **7.4 Curso “Primeiros passos e consolidação de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violências contra mulheres”**.

Por fim, cumpre destacar que a CEVID tem atuado no fomento para a criação, consolidação e implementação dos grupos reflexivos também por meio de participação em eventos e palestras nas comarcas do Estado.

6. CENTRAL ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES, DE ATOS INFRACIONAIS E DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR



A Central Especializada de Atendimento às Vítimas de Crimes, de Atos Infracionais e de Violência Doméstica e Familiar (CEAV) foi instituída no PJSC por meio da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 17 de 22 de agosto de 2022, em cumprimento à Resolução CNJ n. 253/2018, alterada pela Resolução CNJ n. 386/2021.

6.1 Coordenação e equipe multidisciplinar

A Coordenadoria da CEAV foi exercida pela desembargadora Hildemar Meneguzzi de Carvalho, com a cooperação da coordenadora honorária Salete Sommariva, da juíza auxiliar da Presidência, Iolanda Volkmann, do juiz corregedor Mauro Ferrandin e da juíza cooperadora técnica da CEVID, Naiara Brancher.

A juíza Ana Luisa Schmidt Ramos, titular da Vara Única da Comarca de Imaruí, foi nomeada como cooperadora da CEVID, notadamente para atuar na supervisão da equipe multidisciplinar da CEAV quanto aos pedidos de medida protetiva de urgência previstas na Lei Maria da Penha, exclusivamente nos feitos que tramitam na Comarca da Capital, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução TJ n. 12/2018. Isso porque a juíza Naiara Brancher, desde 18/08/2023, assumiu a titularidade do Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher da Comarca da Capital.

A equipe técnica multidisciplinar foi composta das servidoras Michelle de Souza Gomes Hugill (secretária da CEVID), Rosilene Aparecida da Silva Lima (assistente social), Matheus Ramalho (psicólogo) e Ivone Ester Vidal Borges (TJA – Bela. em Direito), nos termos do art. 8º da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 17/2022. Também conta com a estagiária do curso de Psicologia Carolina Costa da Silva Mendel.

6.2 Atendimentos

Nota-se que houve um incremento significativo dos atendimentos em comparação ao ano de 2022, quando foram atendidas apenas 16 mulheres. Conclui-se que esse aumento se deu em razão da ampla divulgação dos serviços em TV, sites, jornais e campanhas.



No ano de 2023, a CEAV proporcionou o atendimento de mais de 223 pessoas, entre vítimas diretas e indiretas, profissionais de outras instituições e outras pessoas em busca de informações. Dessa forma, a **prestação do serviço oferecido pela CEAV impactou em mais de 223 famílias de forma direta ou indireta**, em muitos municípios de Santa Catarina e em outros estados, como Acre e Pernambuco, além de um atendimento para uma pessoa residente na Espanha. Os atendimentos, em sua maioria, foram destinados a pessoas residentes em Florianópolis, capital do Estado e cidade que registra o maior número de crimes de violência doméstica e familiar.

O atendimento, em sua maioria, foi ofertado a mulheres, fossem elas vítimas diretas de violência doméstica e familiar, fossem elas buscando orientação para suas crianças vítimas de algum tipo de violência. A percepção é a de que a CEAV foi procurada por mulheres vítimas diretas ou indiretas de violência que eram em sua maioria as chefes de família, as responsáveis pelas crianças, as pessoas que mais procuram os serviços de assistência social e de orientação jurídica, com a maioria dos encaminhamentos formalizados à rede de assistência social.

Por meio do Balcão Virtual, foi possível prestar atendimento a distância aos(as) usuários(as), facilitando o acesso ao serviço a diversas pessoas que não poderiam comparecer presencialmente nos fóruns ou no Tribunal de Justiça. O atendimento no Balcão Virtual é feito em regime de revezamento entre os(as) servidores(as) da equipe multidisciplinar, com o auxílio da estagiária de psicologia, durante o expediente forense.

Como é comum o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social com pouco conhecimento tecnológico, com restrições de acesso à rede de internet ou até mesmo com analfabetismo digital, um incremento e investimento na ferramenta tecnológica do Balcão Virtual melhoraria sobremaneira o acesso e a qualidade do serviço.

Foram realizados atendimentos presenciais de forma excepcional. A maioria mulheres, vítimas de violência doméstica, vieram em razão de orientação pelo Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar da Comarca da Capital e pela ouvidoria da mulher, mas também orientada por policiais militares da Rede Catarina.

Também houve o atendimento de um homem, que veio ao Tribunal de Justiça buscar informações sobre seu processo e foi encaminhado à sala da CEAV para atendimento. Destaca-se que o atendimento presencial não é priorizado, orientando-se seja agendado atendimento via Balcão Virtual. Os atendimentos presenciais são, em sua maioria, por demanda espontânea.

Em cumprimento aos arts. 15 e 16 da Lei Geral de Proteção Tratamento de Dados Pessoais, anota-se que foram descartados os dados coletados e produzidos de todos os atendimentos realizados e finalizados até novembro de 2023, inclusive dos atendimentos do ano de 2022.

6.3 Projeto Espelhos



Idealizado através do termo de cooperação técnica firmado entre o TJSC, a UFSC, através do Departamento de Psicologia, e a Prefeitura de Florianópolis, o Projeto Espelhos objetivou abordar os fenômenos de gênero e violência por meio da realização de grupos reflexivos para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Essa configuração está traçada após observações de inúmeras demandas relacionadas ao sofrimento psíquico atrelado aos testemunhos de mulheres que recorrem à protocolização de medida protetiva de urgência (MPU) no serviço do Balcão Virtual, administrado pela CEAV.



Figura 9: Lançamento do Projeto Espelhos

Assim, o Projeto Espelhos constituiu-se em seis encontros grupais com duração aproximada de 1h30min nas modalidades *on-line* e presencial, na Policlínica da Saúde da Mulher e da Criança. Os encontros ocorreram de modo quinzenal no período de setembro a dezembro de 2023, abrangendo em sua totalidade 31 participantes.

Teve-se como principal adesão a faixa etária das participantes, em média, entre 20 e 64 anos, encaminhadas por diversos serviços, em especial o Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da Capital.

Como principais atividades exploradas, o Projeto fomenta o desenvolvimento habilidades ativas de ouvir e dialogar mutuamente entre as participantes e facilitadoras quanto às temáticas **O que é ser Mulher?** e **Entendendo as manifestações psicossociais da violência**, realizado através da dinâmica da **Roleta das Emoções**. Logo, permitiu-se também a exploração completa da participação da equipe reflexiva aos finais dos grupos, possibilitando a troca única entre facilitadores e participantes a respeito de diálogos estabelecidos a respeito da violência.

Notícias sobre o Projeto Espelhos

- [TJ catarinense e Prefeitura da Capital unem-se para combater a violência contra mulheres](#)
- [Projeto Espelhos promove grupos reflexivos para mulheres vítimas de violência doméstica](#)

6.4 CEAV nas Comarcas

O Projeto CEAV nas Comarcas já era uma ideia e foi aprimorada em razão da demanda apresentada pelo magistrado Dr. Rubens Ribeiro da Silva Neto, juiz titular do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar do Foro Universitário da Comarca de Blumenau. A realização do projeto foi autorizada pela Presidência do Tribunal, nos autos do Processo n. 0055291-43.2023.8.24.0710.

Com atuação em dois eixos principais, o primeiro foi direcionado ao público interno: equipe de servidoras e servidores do cartório e gabinete do juizado especial criminal e de violência doméstica e familiar da Comarca de Blumenau, além de estagiárias, assessores e Promotora de Justiça do Ministério Público, trabalhadoras terceirizadas e policiais militares. O segundo eixo foi direcionado ao público externo, ou seja, às equipes que compõem o sistema de justiça, como o Ministério Público, a Polícia Civil e a Polícia Militar (policiais da Rede Catarina); equipes da rede da socioassistencial, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMUDES), Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Municipal de Blumenau, Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da FURB e

advogadas cadastradas no Programa OAB Por Elas.

A proposta buscou capacitar, orientar e sugerir protocolos básicos de atendimento à mulher em situação de violência doméstica a fim de aprimorar e garantir um atendimento adequado, humanizado, digno e acolhedor, que observe as determinações básicas dispostas pelo CNJ e demais princípios básicos de justiça relativos à atenção e atendimento às vítimas de crimes e de atos infracionais, destacando nesse contexto as vítimas de violência doméstica e familiar. O projeto de orientação, informação e capacitação se propôs a realizar oficinas, com conteúdo e programação relacionados à temática e destinada aos profissionais e parceiros.

O objetivo das oficinas foi proporcionar a compreensão da violência doméstica e familiar contra a mulher como um fator social que transpassa culturas, classes sociais e etnias; desenvolver no participante condições que lhe permitam a compreensão dos instrumentos instituídos pelo PJSC e demais órgãos e equipamentos de assistência e de proteção às mulheres em situação de risco e vítimas da violência; fornecer diretrizes e parâmetros para a aplicabilidade da legislação aplicada à mulher, julgamento com perspectivas de gênero e Formulário Nacional de Risco (FONAR); e ressaltar a necessidade da criação de redes de cooperação entre o órgão judicial e os de segurança pública para o enfrentamento e o atendimento de mulheres em situação de risco.

Registraram-se:

Dia 05/12 – 25 participantes no período da manhã

Dia 05/12 – 34 participantes no período da tarde

Dia 06/12 – 25 participantes no período da manhã

No período da tarde, participaram servidores e o magistrado do Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, policiais da Rede Catarina da Polícia Militar, o delegado da DPCAMI, servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Blumenau, assessores e promotora de justiça Marina Saade Laux, da 8ª Promotoria de Justiça, servidora da Procuradoria Especial da Mulher da Câmara Municipal, advogadas atuantes no programa OAB Por Elas e profissionais do Núcleo de Prática Jurídica da FURB.

Houve a avaliação por diversos profissionais como estagiária e residente do Ministério Público, tenente da Polícia Militar, advogada da OAB Por Elas, escritora da Polícia Civil, coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas da FURB, assessores e servidores do juizado especial criminal e de violência doméstica e familiar da comarca.



Foi constatado que 100% das respostas indicaram como “ótima” a ação e indicariam a participação a outra unidade/colega/setor. Também foi sugerido que “O treinamento foi excelente. Acredito que, se possível, deveria ser levado a todas as varas criminais do estado, pois, certamente, contribuiria sobremaneira para uma melhor prestação jurisdicional às pessoas em situação de violência doméstica e familiar”.

Assim, a pretensão do projeto CEAV nas Comarcas é que seja implementado como uma ação recorrente e permanente, em respaldo à ampliação da política institucional do PJSC de atenção e apoio às vítimas de crimes e de atos infracionais, em atenção à Resolução CNJ n. 253/2018, colaborando para a atualização e capacitação especializada no atendimento e acolhimento dessas pessoas.

O inteiro teor do relatório anual da CEAV pode ser acessado em [Relatório Anual CEAV 2023](#).

Notícias relacionadas

- [Juiz realiza visitas institucionais para divulgação da CEAV no planalto norte de SC](#)
- [‘CEAV nas Comarcas’ aprimora atendimento às mulheres vítimas de violência em Blumenau](#)

7. CURSOS OFERECIDOS

Foram ofertados quatro cursos de capacitação, em parceria com a Academia Judicial, sendo três na modalidade a distância e um presencial. Ao todo, os cursos e seminários alcançaram 588 pessoas diretamente.

7.1 Curso Igualdade de Gênero: Julgar com Perspectiva de Gênero

Para cumprir o art. 5º, XVII, da Portaria CNJ n. 138/2023 e para fins de pontuação para o Prêmio CNJ de Qualidade, a CEVID, em parceria com a Academia Judicial, disponibilizou 40 vagas do Curso para Magistrados.

O curso de formação continuada Julgar com Perspectiva de Gênero representa uma oportunidade para o fortalecimento das competências do “saber” no contexto do “saber fazer”, tendo por objetivo modificar comportamentos socioculturais interiorizados pelos juízes e juízas que, ao contrário do que dispõe a Constituição Federal e os tratados e convenções internacionais de direitos humanos, internalizam e naturalizam atitudes e comportamentos que vulneram os direitos de alguns setores da população historicamente discriminados por razões de gênero ou orientação sexual, sendo, pois, necessária a eliminação dos estereótipos de gênero e incorporação da perspectiva de gênero em todos os aspectos do sistema de justiça.

Participaram do curso 12 magistrados(as).

7.2 Curso Violência Doméstica, uma questão de gênero: valores e possibilidades

Em atenção à Recomendação CNJ n. 79/2020, a CEVID, em parceria com a Academia Judicial, ofereceu o curso novamente em 2023. O público foi definido no projeto pedagógico atendendo aos requisitos do Prêmio de Qualidade do CNJ. Tivemos a participação de 9 magistrados(as).

7.3 Gênero bate à porta do Poder Judiciário: aplicando o FONAR

Em 2023, foi realizada mais uma turma do curso “Gênero bate à porta do Judiciário: aplicando o Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida”, no ambiente virtual da academia. O curso, com carga horária de 60 horas-aula, contou com 366 participantes entre magistrados e servidores do PJSC que atuam em varas únicas, varas da família,

varas criminais, varas de violência doméstica e tribunais do júri, oficiais de justiça e oficiais da infância e juventude.

Notícias sobre o Curso Gênero Bate à Porta do Poder Judiciário

- [Academia Judicial do PJSC abre inscrições ao curso 'Gênero Bate à Porta do Judiciário'](#)

7.4 Curso Primeiros passos e consolidação de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violências contra mulheres

O curso “Primeiros passos e consolidação de grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violências contra mulheres” foi elaborado em atenção à Recomendação CNJ n.124/2018, com o objetivo de apoiar o planejamento e implementação de grupos reflexivos e responsabilizados de gênero, com foco na relação entre masculinidades hegemônicas e a violência contra mulheres. Os objetivos incluem o aprendizado da teoria de grupos relacionados a autores de violência doméstica, a capacitação para criar, gerenciar e avaliar trabalhos com esses autores, e a exploração da subjetividade e vinculação grupal. Os objetivos específicos incluem ampliar o conhecimento sobre estudos de gênero e masculinidades, atuar em perspectiva de rede, subsidiar metodologias de intervenção, apresentar experiências presenciais e remotas, fornecer técnicas de facilitação e autocuidado, transmitir formas de constituição e gestão de grupos, e compreender a configuração institucional e divisão de trabalhos nesses contextos, incluindo a posição do Poder Judiciário.



Figura 10: Mosaico com registro do curso no Tribunal Pleno

O curso foi oferecido pela Academia Judicial, na modalidade presencial, com 10 horas-aula, tendo como público-alvo pessoas que atuam ou que pretendem atuar com grupos reflexivos para homens autores de violências, preferencialmente vinculadas ao Estado e já atuantes no trabalho com violência doméstica e familiar contra mulheres, a serem indicadas pela CEVID e UFSC a partir dos grupos mapeados no âmbito estadual. Ao todo, 114 pessoas se inscreveram na capacitação e 103 foram aprovadas.

8. SEMINÁRIOS

8.1 Seminário Estadual de Enfrentamento das Violências contra as Mulheres: reflexões sobre o julgamento com perspectivas de gênero

O Seminário Estadual de Enfrentamento das Violências contra as Mulheres: reflexões sobre o julgamento com perspectivas de gênero foi oferecido pela CEVID, em parceria com a Academia Judicial, inicialmente para 40 magistrado(as).

No dia 10 de março de 2023, 23 magistrados(as) participaram das atividades que tiveram como painéis julgamento sob perspectiva de gênero e gênero e violência contra as mulheres.



Figura 11: Mosaico de fotos do Seminário Estadual de Enfrentamento das Violências contra as Mulheres.

8.2 1º Seminário Estadual Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres

O 1º Seminário Estadual Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, realizado no dia 7 de dezembro de 2023, organizado pela Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos (GEMDH), da Secretaria Estadual da Assistência Social, Mulher e Família, com parceria da CEVID, teve a participação de 75 pessoas.

A ação integrou a campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher”, movimento criado pelo CNJ, que busca sensibilizar a sociedade para o tema. Com o encontro, espera-se promover a discussão, a reflexão e o compartilhamento de ideias que possam contribuir para o combate da violência contra as mulheres.



Figura 12: Banner e foto da Mesa do I Seminário Estadual: Violência Doméstica – Mulheres.

Notícias dos seminários

- Magistradas e magistrados do PJSC debatem violência de gênero em seminário na AJ
- TJSC será a sede do 1º Seminário Estadual Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres
- Seminário no TJ discute impacto e enfrentamento da violência contra as mulheres em SC

9. CAMPANHAS

Ao longo do ano, foram realizadas cinco campanhas de iniciativa da CEVID, todas elas realizadas em parceria com órgãos internos e externos do PJSC. Ao todo, as campanhas alcançaram 667 pessoas diretamente, mais de 170 locais de visitação pública com divulgação das campanhas, 79.722 absorventes distribuídos, além de 1.100 visualizações dos eventos pela internet.

9.1 Campanha Março é Delas



A campanha Março é Delas ocorreu entre os dias 10 e 31 do mês de março de 2023, organizada pela CEVID em parceria com o Programa Mães do Judiciário e a Equipe do Trabalho Não Presencial/DGCA/DGP, com apoio da Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV), com o objetivo de informar, promover a reflexão e proporcionar a troca de conhecimentos e experiências entre as participantes.

A campanha enviou mensagens para todos os magistrados e servidores do Tribunal por e-mail institucional. Em 10 de março, a campanha Março é Delas foi inaugurada com o Seminário Estadual sobre Violência contra as Mulheres, com foco no julgamento com perspectiva de gênero. A abertura contou com a presença das desembargadoras Hildemar Meneguzzi de Carvalho e Julio César Machado Ferreira de Melo.

Em 14 de março, a campanha continuou com uma palestra intitulada “Seja seu maior amor”, ministrada pela jornalista e neurocientista Laine Valgas, com mediação da coordenadora da CEVID. O evento contou com cerca de 35 participantes presenciais e 80 pessoas assistindo à transmissão ao vivo. A palestra pode ser assistida [aqui](#).

No dia 20 de março, a equipe do Programa Indira realizou duas rodas de conversa na Comarca de Palhoça, com a participação de magistradas, servidoras e colaboradoras. O diálogo abordou a atuação do Programa Indira e a questão da violência doméstica em suas vidas cotidianas, envolvendo cerca de 40 participantes no total.

Em 28 de março, uma roda de conversa exclusiva para magistradas e servidoras do PJSC discutiu o tema “as transformações da vida”. Também na Comarca de Papanduva,

o magistrado Tiago Loureiro Andrade ministrou palestras nos dias 15 e 29 de março de 2023 para cerca de 220 alunos do ensino médio como parte da política de educação, prevenção, atenção e atendimento às vítimas de violência.

Mais informações podem ser acessadas no relatório de 2023 da campanha: <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/campanhas/marco-e-delas>.



Figura 13: Mosaico de fotos das diversas atividades da campanha Março é Delas.

Notícias da campanha Março é Delas

- Jornalista, em palestra no TJ, diz que mulheres devem crer em si para superar problemas
- Juíza palestra sobre violência doméstica para mais de 400 mulheres no Extremo Oeste
- Comarcas de SC colocam mulheres no centro das atenções neste março marcado por eventos
- 'Março é Delas' terá palestra da jornalista Laine Valgas no TJ nesta terça (14/3)
- Magistradas e magistrados do PJSC debatem violência de gênero em seminário na AJ
- Aumento expressivo das medidas protetivas é tema da 19ª edição do podcast 'Conexão Justiça'

- Cevid e Executivo estadual iniciam parceria para evitar processos sobre conflitos familiares
- Debate sobre educação, gênero e sexualidade, diz juiz, precisa ir além da academia
- Roda de Conversa promove diálogo sobre violência doméstica na comarca de Palhoça

9.2 Campanha Sinal Vermelho para a Violência Doméstica



A campanha Sinal Vermelho nasceu como um canal de denúncia diante da necessidade de auxiliar as mulheres em situação de violência doméstica durante o período de isolamento social imposto pela pandemia de covid-19, que agravou sua situação, já que as mulheres passaram mais tempo ao lado do agressor e muitas vítimas tiveram dificuldades de denunciar o agressor ou de buscar ajuda.

A colaboração estratégica com as prefeituras de Florianópolis, São José, Blumenau e Itapoá foi um elemento crucial, ao possibilitar a disseminação dos materiais da campanha em postos de saúde municipais e a realização de atividades de conscientização nas ruas. Essas ações culminaram na exposição de cartazes e materiais informativos em mais de 170 locais desses municípios, acompanhados por sessões de formação que ofereceram instruções sobre o atendimento apropriado a todos os envolvidos. No ano de 2023, a CEVID empreendeu uma significativa reformulação da campanha Sinal Vermelho, compreendendo-a como um passo essencial para assegurar sua pertinência e eficácia no cenário do marketing. Essa iniciativa incluiu a idealização de uma programação abrangente, indo muito além da distribuição de materiais.

Nesta segunda fase da campanha, foram visitadas diversas comarcas em Santa Catarina, abrangendo assim todas as regiões do estado. Ao longo do ano de 2023, a campanha alcançou diretamente 292 pessoas durante as visitas às comarcas, as quais desempenharam um papel crucial como multiplicadores das informações recebidas.

Para um entendimento mais detalhado e abrangente dos resultados alcançados em cada região, os relatórios regionais estão disponíveis na página da CEVID dentro do site do TJSC, acessíveis por meio do link “Sinal Vermelho para a Violência Doméstica – Violência contra a Mulher – Poder Judiciário de Santa Catarina” (tjsc.jus.br).

Figura 14: Mosaico de fotos das diversas atividades da campanha Sinal Vermelho.



Notícias sobre a campanha Sinal Vermelho

- Cevid quer intensificar campanha Sinal Vermelho para salvar mais mulheres da violência
- Cevid intensificará campanha Sinal Vermelho em Blumenau, Rio do Sul, Itajaí e Joinville
- Campanha Sinal Vermelho será apresentada pela Cevid na sede da comarca de Blumenau
- Canal silencioso, mas efetivo, Sinal Vermelho ganha reforço em 4 grandes cidades de SC
- Sinal Vermelho, no sul do Estado, alertará mulheres sobre salvação na palma da mão

- Sinal Vermelho tem potencial para tirar Brasil do ranking da violência doméstica
- Cevid encerra encontros sobre campanha Sinal Vermelho em seis comarcas do Sul de SC
- Campanha Sinal Vermelho avança pelo Estado e chegará a Chapecó nesta segunda-feira
- PJ encerra roteiro da campanha Sinal Vermelho pelo Estado após visitas ao Oeste e Serra
- Comarca de Içara recebe evento da campanha Sinal Vermelho nesta quinta-feira (16/11)

9.3 Campanha Agosto Lilás



O Agosto Lilás é uma campanha criada em 2016 pela Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM) do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul com a ideia de celebrar os 10 anos da Lei Maria da Penha. A partir de então, vários estados passaram a realizar a campanha e a defender a importância da conscientização da sociedade por meio da informação, além de ações sociais de acolhimento das mulheres e de enfrentamento da violência.

O TJSC, por meio da CEVID, em anos anteriores sempre se fez presente na campanha como parceiro de demais instituições e do Governo. Entretanto, em 2023, realizou pela primeira vez a campanha de forma efetiva, produzindo todo um planejamento de cronogramas e atividades.

A CEVID elaborou um roteiro completo para todo o mês de agosto, realizando palestras em Araquari e Criciúma; participando da Jornada Maria da Penha em Fortaleza; realizando a Blitz do Agosto Lilás no centro de Florianópolis; lançando a 24ª Semana da Justiça pela Paz em Casa; visitando ao quilombo Vidal Martins para roda de conversa; realizando o curso Primeiros Passos e Consolidação de Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Doméstica; participando em evento da Alesc; lançando o Projeto Espelhos; gravando vídeo em parceria com a Secretaria de Estado da Educação acerca

de violência doméstica; assinando convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, além de diversos eventos realizados nas comarcas catarinenses.

A campanha Agosto Lilás se mostrou uma importante ação na propagação da informação e dos direitos da mulher; uma campanha que visa combater a violência doméstica, proteger as vítimas, conscientizar a sociedade e promover uma cultura de respeito e igualdade de gênero. A luta contra a violência doméstica é fundamental para garantir a segurança e o bem-estar de todos os membros da sociedade.



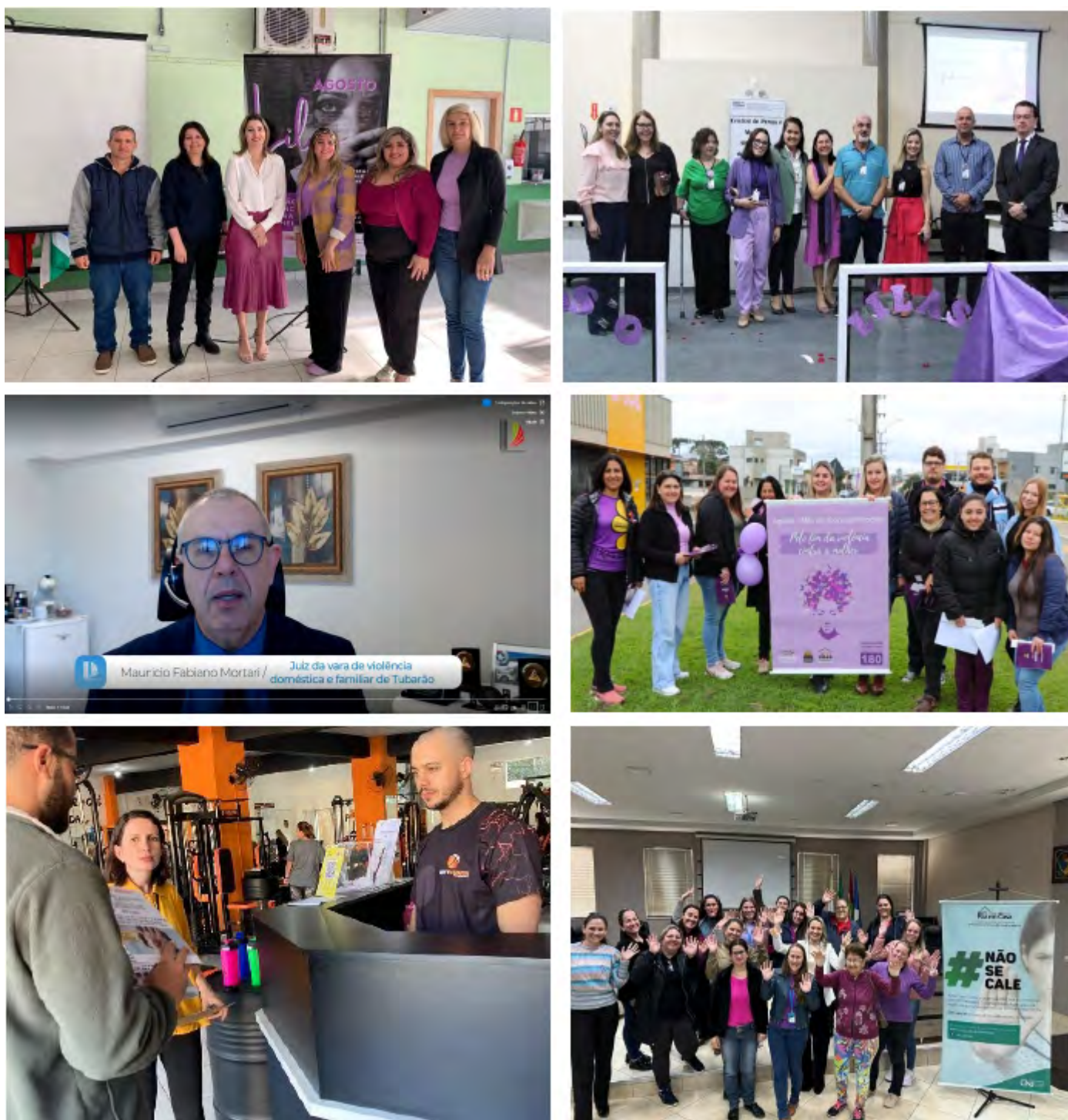


Figura 15: Mosaico de fotos das diversas atividades da campanha Agosto Lilás.

Notícias sobre a campanha Agosto Lilás

- Comarca de Criciúma promove diálogo sobre violência doméstica para marcar Agosto Lilás
- Cevid promove, durante Agosto Lilás, roda de conversa em comunidade quilombola da Ilha

9.4 Campanha Dignidade Menstrual



A campanha Dignidade Menstrual é uma atividade que se iniciou em 2022 na CEVID, em parceria com a DSQV do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, com o objetivo de viabilizar a arrecadação de absorventes descartáveis para a distribuição em meio às pessoas que vivem na realidade da vulnerabilidade social, a fim de dar visibilidade às questões relacionadas à pobreza menstrual e combater a desinformação sobre o tema.

Em 2023, foi realizada a segunda edição da campanha Dignidade Menstrual, com a iniciativa e organização da CEVID, Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ) e DSQV do TJ.

Foram encaminhados para as comarcas e para os parceiros aproximadamente 250 cartazes e banners da campanha, para serem afixados nas caixas coletoras e nas entradas dos fóruns e entidades parceiras. No total, 70 comarcas aderiram à campanha.

A arrecadação se iniciou no período de 01/05 a 30/06/2023, e a entrega se estendeu de julho a início de setembro de 2023.

Foram adquiridos pelos servidores do PJSC, por meio do formulário da farmácia, 31.186 absorventes, e outras 48.536 unidades de absorventes foram doadas pelas entidades parceiras à campanha, **totalizando 79.722 unidades de absorventes descartáveis arrecadados.**



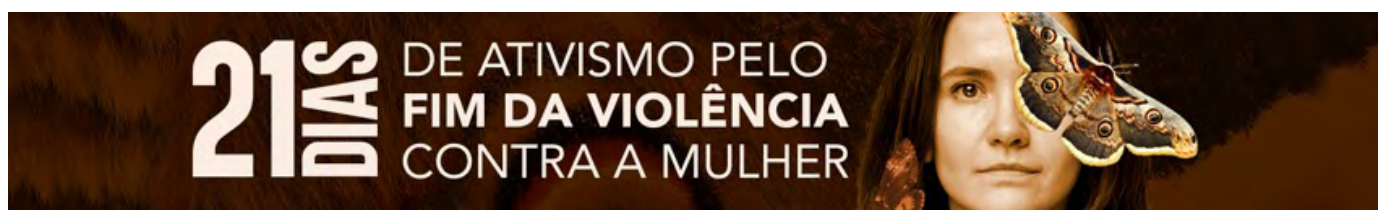
Figura 16: Mosaico de fotos das atividades da Campanha Dignidade Menstrual.

Notícias

- Poder Judiciário lança 2ª edição da campanha 'Dignidade Menstrual' nesta quarta-feira
- Comarca de Lages e mais 34 unidades em SC se engajam na campanha Dignidade Menstrual
- Parceiros do Novos Caminhos produzem necessários para campanha 'Dignidade Menstrual'
- Comarcas e instituições aderem à campanha Dignidade Menstrual, promovida pelo TJSC
- Campanha Dignidade Menstrual do PJ inicia entrega de absorventes descartáveis em SC
- Campanha Dignidade Menstrual prossegue com a distribuição de absorventes pelo Estado
- Iniciativa da Cevid, DS e Ceij, campanha Dignidade Menstrual beneficia entidades
- Dignidade Menstrual promove distribuição de absorventes para mais 4 comarcas de SC

- Dignidade menstrual distribui 1.860 absorventes para jovens do oeste, vale e litoral norte de SC
- Campanha Dignidade Menstrual distribui absorventes para mulheres indígenas em SC
- Comarca de Blumenau repassa mais de 5 mil absorventes na campanha Dignidade Menstrual
- Campanha Dignidade Menstrual, do TJ, distribui 25,4 mil absorventes íntimos em 2 dias
- Comarca de Palhoça faz novas entregas da Campanha de Dignidade Menstrual do TJSC
- Dignidade Menstrual promove nova distribuição de absorventes na comarca de Camboriú

9.5 Campanha dos 21 Dias de Ativismo pela Equidade no Combate à Violência Doméstica Contra as Mulheres



A Campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher é uma mobilização mundial que acontece anualmente, de 20 de novembro a 10 de dezembro. No Brasil, a campanha se inicia em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, em decorrência do acúmulo de fatores de subordinação e discriminação que a mulher negra vivencia cotidianamente.

A violência contra as mulheres é uma questão complexa, abrangendo aspectos sociais, culturais, psicológicos e jurídicos. Requer atuação articulada, integrada e em diversas áreas, das esferas governamentais e não governamentais.

Em 2023, a campanha no TJSC foi desenvolvida em parceria com diversas instituições públicas, privadas, autarquias, conselhos de direitos e movimentos sociais. O objetivo foi construir um calendário unificado, priorizando a elaboração de ações interinstitucionais e coletivas.

As atividades desenvolvidas foram as seguintes.

- Vídeo da Campanha (123 visualizações): Vídeo sobre a campanha, produzido pelo Núcleo de Comunicação Institucional – NCI, com integrantes das instituições parceiras
- PodCast (358 visualizações): Podcast, produzido pelo Núcleo de Comunicação Institucional – NCI, sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero
- Inclusão e divulgação do calendário integrado na página da campanha no portal do PJSC
- Duas rodas de conversa com as adolescentes atendidas pela Casa da Criança do Morro da Penitenciária
- Ação conjunta em frente ao Terminal Central (TICEN) em 8 de dezembro, com entrega da Cartilha “Crush Perfeito”
- Caminhada pela Paz, em 10 de dezembro
- Roda de Conversa do Programa Indira: pelas mulheres do PJSC, na Comarca de Joinville
- Bastidores da gravação do vídeo da Campanha

A campanha de 2023, com suas variadas frentes de atuação e divulgação, alcançou seu objetivo de pautar e demonstrar que há muito a ser feito para a erradicação da violência de gênero.

10. MATERIAIS INFORMATIVOS PRODUZIDOS PELA CEVID

A CEVID possui cartilhas para informação e orientação sobre a Lei Maria da Penha e Violência contra a Mulher, e um pôster sobre o atendimento dos homens com medidas protetivas contra si.



A cartilha Violência Doméstica: Perguntas e Respostas também está disponível em vídeo, com tradução em libras: [Violência Doméstica - Perguntas e Respostas - com tradução da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira dos Sinais.](#)

O material também é composto de um vídeo institucional, disponível em [Cartilha "Crush Perfeito?"](#) – clique para visualizar.

Os materiais impressos desempenham um papel crucial na conscientização sobre a violência doméstica, proporcionando acessibilidade, disseminação local, privacidade e educação. Esses materiais também garantem a inclusão ao serem disponibilizados em diversos formatos e idiomas, ajudando a apoiar vítimas e a sensibilizar o público em eventos comunitários e locais estratégicos.

Em 2023, a CEVID distribuiu 28.212 materiais informativos e/ou educativos (cartilhas, fôlderes e banners) para 162 ações e/ou comarcas.

Material	Quantidade	Destino (ações/comarcas)
Cartilha Crush Perfeito	21.224	77
Cartilha Dê um Basta na Violência	2.590	24
Cartilha Mulheres, vocês têm direitos	729	8
Lei Maria da Penha traduzida pelas Mulheres Indígenas de Santa Catarina do Povo Guarani	1.426	20
Lei Maria da Penha traduzida pelas Mulheres Indígenas de Santa Catarina do Povo Kaingang	1.184	17
Outros (fôlderes, cartazes e banners)	1.059	16

As cartilhas também estão disponibilizadas de forma digital em <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/publicacoes>.

10.1 Criação de Vídeo Institucional

Por meio das parcerias, a CEVID e o Tribunal de Justiça são conhecidos e reconhecidos nacionalmente por suas ações, projetos e programas. São de extrema importância as falas sobre as violências contra as mulheres e seu enfrentamento, com o maior número de informações possíveis.

Uma das formas céleres e eficazes de a sociedade tomar conhecimento das ações desenvolvidas pela CEVID é a elaboração de vídeos institucionais divulgando os projetos, campanhas, programas e materiais informativos em eventos como palestras, participação em workshops e campanhas de outras instituições.



Figura 17: Equipe responsável pela gravação do vídeo institucional

No vídeo institucional foram tratados os seguintes temas: a cartilha com a tradução da Lei Maria da Penha nas três línguas dos povos indígenas predominantes em Santa Catarina, Kaingang, Guarani e Xokleng; o Projeto Ágora: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra Mulheres; o Projeto Espelhos, que tem como público-alvo mulheres vítimas diretas ou indiretas de violência doméstica e familiar; a CEAV; o Programa Indira, que acolhe magistradas, servidoras e colaboradoras do PJSC vítimas de violência doméstica e familiar; a Campanha Dignidade Menstrual, que arrecada absorventes para ser distribuídos às pessoas em situação de vulnerabilidade social; e a Campanha Sinal Vermelho, um jeito de fazer uma denúncia silenciosa contra a violência doméstica. A ideia deu tão certo que se tornou a Lei n. 14.188/2021.

O vídeo está disponível em <https://youtu.be/z1qAIF4rNWw>.

11. OBRAS PUBLICADAS

Em decorrência da II VCAM, realizada em 2021 pela CEVID e pela UFSC, a *Coleção Gênero, Justiça e Diversidade* foi publicada pela Academia Judicial em janeiro de 2023, organizada por Michelle de Souza Gomes Hugill (CEVID/TJSC); Salete Silva Sommariva (CEVID/TJSC); Grazielly Alessandra Baggenstoss (UFSC); Adriano Beiras (UFSC) e Poliana Ribeiro dos Santos (UFSC), e prefaciado por Maria Berenice Dias.



VOLUME 1: Estudos e práticas sobre violências domésticas, familiares e acesso à justiça

VOLUME 2: Estudos e práticas sobre violências contra as mulheres com ênfase nos direitos sexuais e reprodutivos, saúde e deficiências

VOLUME 3: Estudos e práticas sobre aspectos socioculturais das violências contra as mulheres

VOLUME 4: Estudos e práticas sobre aspectos socioculturais das violências contra as mulheres

12. TERMOS DE COOPERAÇÃO E/OU CONVÊNIOS

Os termos de cooperação ou convênios são instrumentos por meio dos quais são formalizadas as parcerias entre as instituições com a finalidade de implementar e manter ações integradas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

A CEVID, enquanto unidade gestora operacional desses termos, intermedeia, sugere e até formata as cláusulas juntamente com os parceiros, para posteriormente encaminhar à Diretoria de Material e Patrimônio, que dá o andamento formal na instituição, além de se manifestar em todo o processo de sugestão de convênio que trate do tema acima. Atualmente, a CEVID integra 14 termos de cooperação/convênios ativos, com supervisão permanente, um dos quais foi nova parceria, e dois foram renovações.

Nome do Projeto	Convênio	Partícipes	Objeto
Acolher para Proteger	005/2023	Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	Visão à união de esforços para proporcionar acolhimento às vítimas de violência doméstica e familiar por meio de serviço de atendimento psicológico, bem como a viabilização de estágio curricular supervisionado aos alunos regularmente matriculados no curso de psicologia da FUNIARP, proporcionando experiência em situações reais de aprendizagem profissional.
Grupo Reflexivo - Blumenau	33/2022	Município de Blumenau (Sec. de Desenvolvimento Social)	Regular o fluxo de atendimento através de grupos de reeducação de homens e mulheres, respectivamente na condição de autores e vítimas, envolvidos em infrações penais que caracterizam violência doméstica ou familiar, nos termos da Lei n. 11.340/2006.
Estrela Isabel	178/2019	Fundação Universidade do Vale do Itajaí	Programa de atendimento denominado "Maria da Penha", que visa ao atendimento jurídico às vítimas de violência doméstica e familiar a ser realizado pelo Escritório Modelo de Advocacia (EMA) da universidade, na cidade de Itajaí.
Projeto Espelhos	54/2023	Prefeitura Municipal de Florianópolis	Ações integradas entre PJSC e PMF para o enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres (Grupos Reflexivos).

Formulário Nacional de Avaliação de Risco	103/2020	Secretaria de Estado da Segurança Pública de SC; Polícia Civil e Ministério Público de Santa Catarina	Implementação, com base em critérios científicos e estatísticos, do Formulário Nacional de Avaliação de Risco, a ser aplicado em todos os casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres e feminicídios comunicados no Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei n. 13.140/2015 (Lei da Mediação), com vistas a sua prevenção e enfrentamento.
Grupo Reflexivo - Indaial	200/2019	Município de Indaial (Sec. de Desenvolvimento Social e Sec. de Saúde)	Regular o fluxo de atendimento através de grupos de reeducação de homens e mulheres, respectivamente na condição de autores e vítimas, envolvidos em infrações penais que caracterizam violência doméstica ou familiar, nos termos da Lei 11.340/2006.
Núcleo Especial de Atendimento a Vítimas de Crimes - NEAVIT	043/2022	Ministério Público; Ordem dos Advogados do Brasil SC; Defensoria Pública; Sec. de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa; Sec. do Desenvolvimento Social; Polícia Civil e Polícia Militar.	Implementação do NEAVIT, composto pelas instituições que subscrevem esse termo, reunidas e integradas em rede, destinado a empreender ações conjuntas com o fim de garantir às vítimas de crimes apoio humanizado e o direito à informação, orientação jurídica, proteção, reparação, acesso à justiça e encaminhamento para atendimento psicossocial e de saúde.
Observatório da Violência contra à Mulher - OVM	43/2021	Assembleia Legislativa; Ministério Público; Governo de Santa Catarina	Promover a convergência de ações nos casos de violência contra a mulher, entre órgãos públicos que atendem mulheres vítimas em situação de violência, nas áreas de segurança pública, saúde, assistência social e justiça, incluindo a Defensoria Pública e o Ministério Público.
Projeto Ágora	108/2019	Universidade Federal de Santa Catarina	Execução do Projeto "Ágora: Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra Mulheres", com o objetivo de desenvolver, em especial, conjunto com a equipe técnica do PJSC, metodologias que possam subsidiar a implantação de Grupos Reflexivos para Homens Autores de Violência contra Mulheres nas comarcas do Estado de SC.

Grupo Reflexivo - Camboriú	51/2023	Creas II; Sec. de Desenvolvimento e Assistência Social; Ordem dos OAB Por Elas Camboriú; Ministério Público	Execução de projeto que visa promover a disseminação de informações sobre violência de gênero, por meio de formação de grupos reflexivos voltados a pessoas envolvidas em violência dessa natureza, especialmente violência doméstica e familiar contra a mulher, com o objetivo de reduzir os índices desse tipo de crime no Município de Camboriú.
Implementação de Ações Conjuntas	Termo Adesão STJ n. 032/2022 Termo de Adesão n. 30/2022 (TJSC)	Supremo Tribunal de Justiça	Constitui objeto do presente termo fixar regras mútuas entre o Superior Tribunal de Justiça e o órgão aderente para implementação de ações conjuntas ou de apoio e atividades de interesses comuns relativas ao intercâmbio de informações, programas, projetos, pesquisas e compartilhamento de conteúdo e vagas em eventos institucionais relacionados à gestão institucional de direitos humanos, mediante cooperação entre os partícipes.
Integração Sisp Eproc	179/2014	Sec. de Estado da Segurança Pública de SC; Sec. de Estado da Justiça e Cidadania	Implementação de mecanismos para integração de sistemas e uso de meio eletrônico para tramitação de processos judiciais, comunicação de atos, transmissão de documentos digitais, consultas processuais e acesso a dados cadastrais, por intermédio da tecnologia Web Service e segundo o padrão de interoperabilidade acordado entre as partes, com referência no Modelo Nacional de Interoperabilidade de Dados do Poder Judiciário.
Kunhã Kuery! Nhãmbopaha Jeiko Asy	038.068/2021	Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso do Sul	Parceria entre TJMS e TJSC com o objetivo de replicação do Projeto Kunhã Kuery! Nhãmbopaha Jeiko Asy, de autoria do TJMS, em Santa Catarina.
Medidas Protetivas MPSC-TJSC	166/2018	Ministério Público de Santa Catarina	Ações integradas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, notadamente pela adoção de procedimentos interinstitucional que possibilitem o aumento da efetividade das medidas protetivas de urgência deferidas no âmbito dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Projeto Transformação	Termo Adesão STJ n. 033/2022 Termo de Adesão n. 31/2022 (TJSC)	Supremo Tribunal de Justiça	Constitui objeto do presente termo fixar regras mútuas entre o Superior Tribunal de Justiça e o órgão aderente para implementação de apoio mútuo e intercâmbio de informações relacionadas ao Projeto Transformação, que consiste na instituição de cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra do STJ.
-----------------------	---	-----------------------------	---

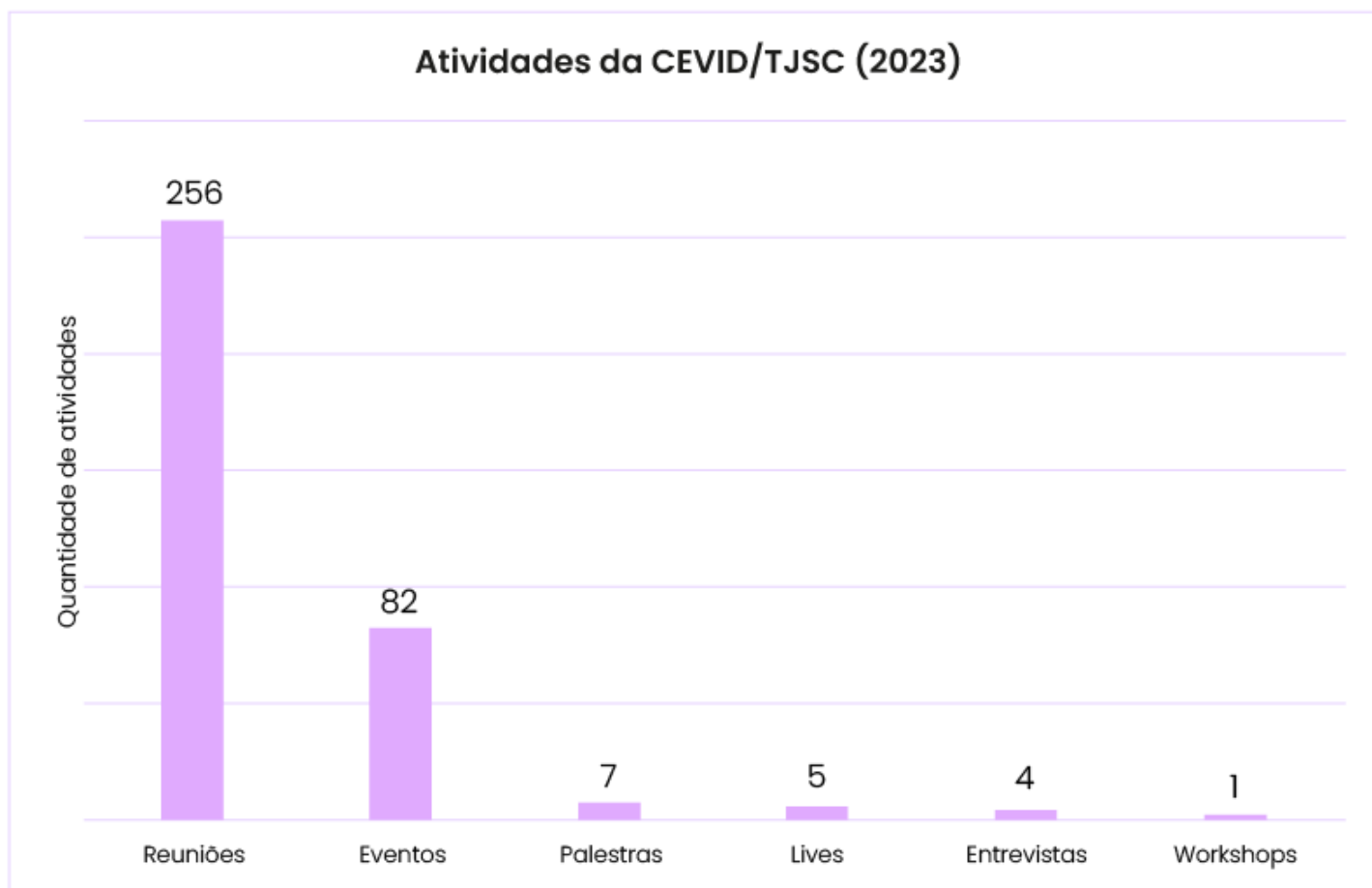
Além disso, há 8 termos que ainda estão em fase de preparação ou aprovação das cláusulas pelos partícipes.

Nome	Processo SEI	Parceiros	Objetivo
OAB Por Elas	0057136-13.2023.8.24.0710	OAB Canoinhas	Prestar atendimento jurídico gratuito às vítimas de violência doméstica hipossuficientes, que buscam a DPCAMI para proteção e/ou deflagração de procedimento criminal, cuja avaliação será realizada pelos(as) advogados(as) no momento do atendimento.
Jogo de Cartas	0036546-49.2022.8.24.0710	UFSC e Secretaria Estadual de Educação	Realizar atividades formativas com profissionais da educação vinculados à Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, e demais unidades a ela vinculadas, bem como dos demais partícipes deste Termo de Cooperação, com o objetivo de promover espaços formativos e lúdicos, de discussão acerca das violências de gênero junto aos/às estudantes, por meio da concepção e uso do jogo de cartas Emancipação: jogando contra o machismo.
Programa Basta	0014534-07.2023.8.24.0710	UNOESC e DPCAMI de São Miguel do Oeste	Fomentar o denominado "PROGRAMA BASTA", mediante o desenvolvimento de grupos de encontros psicoterapêuticos com os autores de crimes cometidos contra a mulher em contexto de violência doméstica

Entrelaços Itajaí	0050589-54.2023.8.24.0710	Instituto Entrelaços	Ampliar o atendimento às demandas de assistência social, promoção de ações de saúde, educação, arte/cultura e pesquisa em prol do desenvolvimento da equidade de gênero e em defesa dos direitos humanos.
Projeto Íris	0031181-77.2023.8.24.0710	Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família.	Estabelecer ações integradas entre os partícipes para implementação do Projeto Íris, a fim de fomentar a realização de encontros de parentalidade, conjugalidade e manejo de conflitos geracionais nos CREAS e/ou CRAS, como forma de prevenção das violências domésticas e familiares contra as mulheres.
Programa de Inovações para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica - SOMAR	0037385-40.2023.8.24.0710	Prefeitura Municipal de Florianópolis; MPSC; Polícia Militar; OAB/SC; UFSC e Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina	Oferecer cursos, para as mulheres vítima de violência doméstica, e em situação vulnerável, fomentar o programa de INOVAÇÕES PARA MULHERES, como referência de inovação e aprendizagem, com o objetivo de levar formação para as mulheres vítimas de violência doméstica com vulnerabilidade social, e desenvolver e dar ampla divulgação ao programa que tem por objetivo criar mais um meio, no sentido de as vítimas terem a oportunidade de participarem de cursos.
Projeto Espelhos - Aditivo do Termo 54/2023	0053290-85.2023.8.24.0710	UFSC, Prefeitura Municipal de Florianópolis	Ações integradas entre PJSC e PMF para o enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres (Grupos Reflexivos).
Grupos Reflexivos Camboriú	0024498-58.2022.8.24.0710	CREAS II Rio Pequeno; OAB Camboriú; Ministério Público de Santa Catarina; Polícia Civil e Sociedade Avantis de Ensino e Escola de Aviação Civil	Executar projeto que visa promover a disseminação de informações sobre violência de gênero, por meio de formação de grupos reflexivos voltados a pessoas envolvidas em violência dessa natureza, especialmente violência doméstica e familiar contra a mulher, com o objetivo de reduzir os índices no Município de Camboriú.

13. PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES, LIVES, EVENTOS E ENTREVISTAS

Em 2023, a CEVID participou de **355 atividades** entre reuniões, entrevistas, lives, palestras e eventos⁴.



⁴ O calendário detalhado pode ser visto em [Participação CEVID em 2023](#).



Figura 18: Mosaico de fotos das diversas participações da CEVID em atividades externas.

14. ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS

Em 2023, a CEVID atuou diretamente em 225 processos administrativos (no SEI) e gerou 461 documentos.

Processos gerados no período														
Tipo	2023													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
Convite	2								1					3
Institucional/CNJ/Acompanhamento	3	1	1				2			2				9
Institucional/CNJ/Pedido de Providências			1											1
Institucional/Geral/Consulta	1					1	1	2						4
Institucional/Geral/Normas internas			1											1
Institucional/Geral/Participação em evento como representante do PJSC	1	2		1		1		2		2	1			10
Institucional/Geral/Pedido de providências	1				1				1	1				4
Institucional/Geral/Programa		1								1				2
Institucional/Órgãos Externos/Indicação de participantes do TJSC			1			1								2
Institucional/Órgãos Externos/Pedido de informação			1											1
Institucional/Órgãos Externos/Pedido de providências		1			1									2
Institucional/Planejamento/Estudo			1						1					2

Institucional/ Planejamento/ Projeto		3	2	1		1				1			8
Material e Patrimônio/ Contrato/ Aditamento de contrato											1		1
Material e Patrimônio/ Convênio/ Convênio							2	2		1		1	6
Ofício de expediente	1	2	1	1	2				1				8
Pessoal/Geral/ Consulta							1				1		2
TOTAL:	9	10	9	3	4	4	5	6	4	8	3	1	66

Processos com tramitação no período	
Tipo	Quantidade
Consulta	1
Convênio	1
Convite	4
Corregedoria/Pedido de Providências/Administrativo	1
Corregedoria/Pedido de Providências/Foro Judicial	2
Institucional/CNJ/Acompanhamento	14
Institucional/CNJ/Ato Normativo	9
Institucional/CNJ/Comissão	1
Institucional/CNJ/Pedido de Providências	1
Institucional/Geral/Consulta	6
Institucional/Geral/Diagnóstico e Consultoria	1
Institucional/Geral/Normas internas	3
Institucional/Geral/Participação em evento como representante do PJSC	11
Institucional/Geral/Pedido de providências	10
Institucional/Geral/Programa	2
Institucional/Órgãos Externos/Consulta	1
Institucional/Órgãos Externos/Indicação de participantes do TJSC	3
Institucional/Órgãos Externos/Pedido de informação	1
Institucional/Órgãos Externos/Pedido de providências	14
Institucional/Planejamento/Estudo	7
Institucional/Planejamento/Projeto	21
Material e Patrimônio/Contrato/Aditamento de contrato	2
Material e Patrimônio/Convênio/Aditivo	3
Material e Patrimônio/Convênio/Convênio	7
Material e Patrimônio/Licitação/Projeto básico	1
Ofício de expediente	20
Orçamento e Finanças/Despesa/Execução de despesa - Contrato	1
Pedido de Providências	1
Pessoal/Capacitação e Aperfeiçoamento/Solicitação para realização de curso interno	2
Pessoal/Desenvolvimento de Pessoal/Pesquisa	1
Pessoal/Extraquadro/Estágio/Contratação de Estagiário	4
Pessoal/Geral/Consulta	2
Pessoal/Jornada de Trabalho/Alteração do horário de trabalho - com redução da carga horária	1
TOTAL:	159

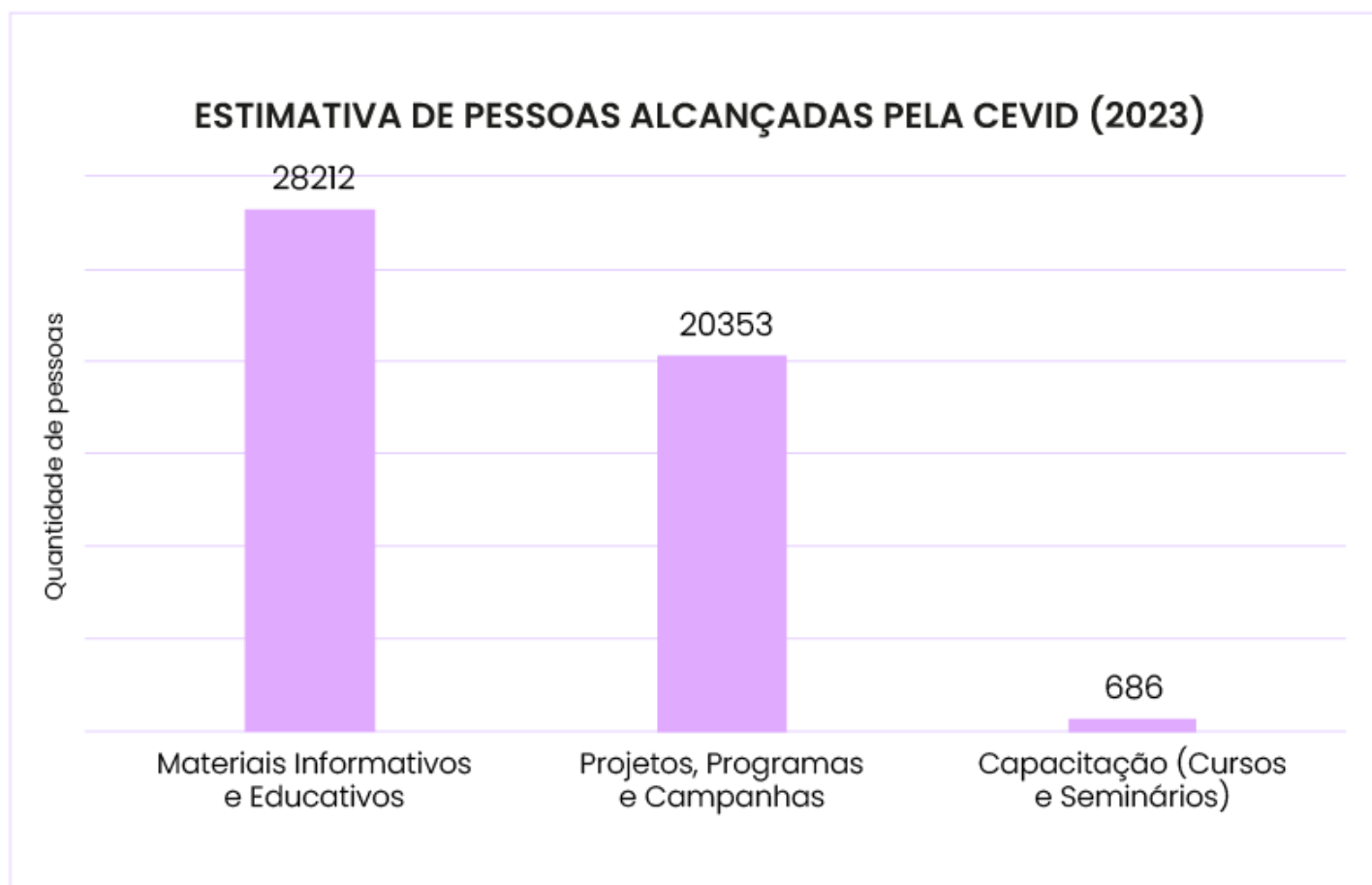
Documentos gerados no período													
Tipo	2023												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Ata	1		1	2									4
Ato Administrativo	5	1	5	2	1				9		2	2	27
Carta						2							2
Certificado	1												1
Decisão	2	2					1	1			1		7
Declaração			3		1					1	1		6
Despacho	10	10	12	8	11	7	15	16	11	14	14	10	138
E-mail	13	3	42	22	21	8	9	10	7	1	2	1	139
Formulário							1						1
Informação	2	6	11	3	7	6	11	9	6	4	4	2	71
Ofício		2	4	2		1	2	2	1	2			16
Parecer	3	8	3	6	6	3	3	2	1	3	5	2	45
Projeto			1										1
Requerimento de licença especial 20 h (deficiência)				1									1
Requerimento de rescisão de estagiário(a)								1					1
Resolução	1												1
TOTAL:	38	32	82	46	47	27	42	41	35	25	29	17	461

15. NOTÍCIAS

O trabalho da CEVID foi divulgado cerca de 123 vezes na página institucional do PJSC. As notícias podem ser acessadas em [Notícias Cevid 2023](#).

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentadas as principais atividades realizadas pela equipe da CEVID no ano de 2023, estima-se que os projetos, programas, campanhas e capacitações realizadas por essa coordenadoria alcançaram mais de 50 mil pessoas.



Essa estimativa é conservadora, uma vez que não foram incluídas pessoas presentes nas palestras e entrevistas ministradas, as que tiveram acesso aos materiais de forma digital, as que receberam os absorventes da campanha Dignidade Menstrual, tampouco as que acessaram as mais de cem notícias publicadas somente na página institucional do PJSC, por exemplo.

Além disso, destaca-se que o Programa Indira, a CEAV, o Projeto Ágora e o Projeto Mulheres Indígenas tiveram repercussão nacional, tanto no âmbito do Judiciário quanto dos outros Poderes, instituições e imprensa.

São estas as informações a serem prestadas acerca das principais atividades realizadas pela CEVID no ano de 2023.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2023.

Equipe da CEVID/TJSC